



DOCUMENTO DE SÍNTESE SOBRE O LEMA DA 49.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC (FP-SADC) EM SESSÃO VIRTUAL

*“Potencializar a ZCLCA para a Recuperação Económica Pós-Covid na África
Austral: O Papel do Fórum Parlamentar da SADC e dos Parlamentos
Nacionais*

1.0 INTRODUÇÃO

O impacto da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial tem sido sem precedente, e muitos países estão a viver recessões acentuadas e rápidas retracções económicas. As medidas generalizadas de distanciamento social têm resultado em contracções agudas das condições financeiras, incluindo baixas acentuadas dos fluxos de remessas e saídas massivas de capital, um deslize da demanda externa, enormes perturbações do comércio mundial, das cadeias de fornecimento, deslocações, turismo e finanças, baixa do consumo de bens e serviços, levando à perda da produção, desafios operacionais para as empresas suscitados por atrasos na entrega de insumos, agravados pelo aumento da dependência para com as cadeias de fornecimento globais. A previsão da linha de base promete uma queda de 5,2 por cento no produto interno bruto (PIB) mundial – a mais profunda recessão mundial em oito décadas – enquanto o PIB das economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento (EMED) deverá conhecer uma contracção de cerca de 2,5 por cento, incluindo nas receitas per capita, resultando em vários milhares de pessoas mergulharem na pobreza.¹

2.0 O IMPACTO DA COVID-19 NA ÁFRICA AUSTRAL

Importa lembrar que a maior parte dos países da África Austral já estava a fazer face a desafios económicos antes da Covid-19. A pandemia veio, portanto, agravar a vulnerabilidade dos cidadãos da região, uma percentagem significativa dos quais já estava a viver em condições de pobreza extrema, numa altura em que os países se debatem com choques climáticos, défice

¹Perspectivas Económicas Globais [Internet]. Banco Mundial. Disponível em:
<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

energético, aumento dos níveis da dívida, insegurança alimentar e hídrica agudizada, uma malnutrição crónica elevada, doenças do gado e destruição de culturas causadas por períodos secos, inundações repentinas e gafanhotos migratórios.

A pandemia da COVID-19 afectou negativamente o desenvolvimento social e económico chave na região da SADC, com a dependência dos produtos de base e da exportação, redução do investimento estrangeiro directo, baixa das chegadas de turistas e aumento dos níveis da dívida como primeiras vias através das quais as economias regionais serão enfraquecidas. O quadro sombrio do impacto da pandemia sobre a região da SADC é correctamente pintado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), que observa, na sua análise do impacto da COVID-19 sobre os padrões do desenvolvimento socioeconómico na África Austral, que:

... as perspectivas da redução do crescimento nos cruciais mercados de exportação da China, dos Estados Unidos e da União Europeia devida ao vírus levou a preços mais baixos dos produtos básicos e, consequentemente, a receitas de exportação mais reduzidas para a região, que depende altamente dos referidos produtos básicos. Por conseguinte, espera-se que a economia da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral já a braços com dificuldades sofra uma contracção de cerca de 3,3 por cento em 2020, que os níveis da dívida aumentem para 90 por cento do produto interno bruto (PIB) e que os défices orçamentais se avolumem para 9 por cento do PIB devido ao aumento dos gastos de saúde bem como a provisão de pacotes de estímulos visando sustentar as economias. A depreciação da taxa de câmbio local vai resultar na aceleração do aumento do preço dos produtos importados, incluindo os medicamentos e equipamentos médicos requeridos para o combate à COVID-19, e vai aumentar o encargo da dívida cotada em divisas, tornando a gestão e o serviço da dívida num desafio maior. A contracção económica das economias regionais altamente informalizadas resultará em altos níveis de desemprego, sobretudo de mulheres e jovens, que são os principais empreendedores das trocas comerciais fronteiriças e das micro, pequenas e médias empresas. A pandemia vai aumentar a fragilidade financeira da África Austral, uma vez que os investidores estrangeiros retiram o dinheiro dos mercados locais, comprometendo ainda mais as economias regionais. De igual modo, estarão em pior situação os sistemas de cuidados de saúde já tensos, os sectores de educação em dificuldades e os altos níveis de desigualdade e da pobreza.²

3.0 NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO PÓS-COVID PARA OS PAÍSES DA SADC

²Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), Maio de 2020. O Impacto Socioeconómico da Covid-19 na África Austral. Lusaka, Zâmbia.

Os países têm estado, com justa razão, preocupados com a procura de soluções para os choques económicos imediatos causados pela pandemia da COVID-19, incluindo o asseguramento de medidas de urgência e de protecção social para as famílias que se tornaram mais vulneráveis e com a prestação do apoio financeiro aos negócios, para evitar o seu colapso. Contudo, impõe-se que se comece a prestar uma atenção especial na recuperação e reconstrução pós-Covid visando o arranque da produção e o impulso das economias em direcção à sua recuperação. Tem sido defendida a ideia de que combater este coronavírus é como estar a travar uma guerra e, para recuperarem depois da referida guerra, os países deverão estudar as lições das anteriores reconstruções pós-guerra, uma vez que precisarão de um Plano Marshall dos nossos tempos para a reconstrução depois da COVID-19. Isto significa que haverá necessidade de um plano de reconstrução de cunho público para se reconstruir a economia e criar oportunidades.

A reconstrução pós-Covid na SADC deve procurar criar capacidades locais não só para a indústria e o comércio, como também para o próprio Estado. A experiência da Covid-19 expôs enormes deficiências de capacidades nas nossas instituições estatais, e não foi uma coincidência que, onde as instituições tinham debilidade, a resposta do país à pandemia da Covid-19 foi também fraca. Por isso, há necessidade de se dar prioridade à criação da capacidade do Estado de responder a futuras pandemias e catástrofes naturais.

Para o efeito, os Estados membros da SADC devem reforçar a solidariedade internacional, regional e nacional exibida nos esforços de conter a pandemia através de uma coordenação regional mais forte visando complementar os esforços a nível nacional. Os países da SADC devem adoptar abordagens multifacetadas colectiva e individualmente, incluindo apelar às nações e instituições devedoras para uma moratória sobre dívida e disposições de serviço da dívida, incluindo a imobilização da dívida e políticas monetárias de anulação e de expansão, para estimular as economias, tirando vantagens do ambiente inflacionário moderado na maior parte dos países.

Deve ser priorizada a intensificação da diversificação económica, adição de valor e beneficiação, associada a uma implementação acelerada de programas regionais de industrialização visando dinamizar a indústria, amortecer as economias por forma a protegê-las contra a redução do crescimento económico global e apoiar o crescimento de micro, pequenas e médias empresas. Os Estados membros devem também intensificar o apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector privado nacional (tanto o formal como o informal) através de pacotes de incentivo fiscais consistindo em subvenções, empréstimos concessionários e reduções de impostos.

Os países devem também implementar políticas económicas favoráveis e consistentes, por forma a criar ambientes macroeconómicos estáveis com sustentabilidade fiscal, sendo tal criação fundamental para a boa governação económica e o aumento da confiança dos investidores para o investimento local e estrangeiro nas grandes, médias e pequenas empresas.

Devem também ser priorizados programas de recuperação e de reconstrução pós-Covid, inclusive a governação, através da redução da pobreza e das desigualdades, o acesso a fármacos a preço acessível e o melhoramento da infra-estruturas de saúde e a adopção da condição de recursos para o acesso a serviços gratuitos de saúde e de ensino. Isto exige uma abordagem colaborativa e respostas coordenadas com o sector privado, as organizações da sociedade civil, as instituições do ensino superior, mulheres e jovens.

Há também necessidade de acelerar a digitalização dos serviços, incluindo a saúde e a educação, a fim de reduzir as perturbações da provisão dos serviços sociais, através de investimentos nas infra-estruturas digitais e facilitar a implementação de plataformas de aprendizagem e de comércios electrónicos, para que os negócios e as outras actividades económicas possam continuar em operação.

4.0 IMPULSIONAR A ZCLCA PARA A RECUPERAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO PÓS-COVID

Os países da SADC devem potenciar a ZCLCA – a maior zona de livre comércio do mundo, que é um mercado de 1,2 mil milhões de pessoas e o oitavo bloco económico no mundo com um PIB combinado de 3 triliões de \$ - para estimular o comércio intra-regional, que se cifra actualmente em 19,3 por cento, uma percentagem tão baixa, aprofundando as cadeias de valor regionais, expandindo o comércio intra-africano e investindo na diversificação dos destinos das exportações para além da China, da Europa e dos Estados Unidos, como parte da sua recuperação e reconstrução pós-Covid.

A ZCLCA deve ajudar a SADC e os outros países africanos a fazer face aos tradicionais desafios bicudos de desenvolvimento comercial e económico tais como a fragmentação do mercado, a exiguidade das economias nacionais, a dependência excessiva da exportação de produtos básicos primários, a limitada base de exportação devida à falta de profundidade da capacidade da pequena indústria transformadora, a falta da especialização das exportações, as cadeias de valor regionais industriais subdesenvolvidas e as altas barreiras regionais e tarifárias do comércio intra-africano, entre outros desafios.

A ZCLCA, que foi assinada no dia 21 de Março de 2018 e entrou em vigor no dia 30 de Maio de 2019, é não só um instrumento de liberalização das trocas comerciais, como também um factor de capacitação do crescimento inclusivo e de desenvolvimento sustentável e, portanto, oferece um regime comercial inclusivo em que as mulheres e jovens são os principais beneficiários.

Os Estados membros da SADC devem, portanto, tirar o máximo proveito da ZCLCA enquanto factor de capacitação e de aceleração do desenvolvimento, para empurrar a região para além da COVID-19 e criar economias inclusivas e verdes mais fortes e mais resilientes na região da SADC, com cadeias de valor locais e regionais mais fortes e programas aceleradas de industrialização, para rendas e empregos em aumento, um comércio mais

equilibrado e melhores retornos a partir dos abundantes recursos naturais da região.

Na recuperação e reconstrução pós-Covid, os Estados membros devem criar uma colaboração nova e sustentável visando corrigir as desigualdades, promover a adição de valor e criar empregos através da eliminação dos obstáculos de peso enfrentados na exportação dentro da África tais como a competitividade das pequenas e médias empresas; regras de origem; padrões técnicos e de segurança dos produtos.

5.0 O PAPEL DO FP-SADC E DOS PARLAMENTOS NACIONAIS NA POTENCIALIZAÇÃO DA ZCLCA PARA A RECUPERAÇÃO PÓS-COVID NA ÁFRICA AUSTRAL

Para assegurar que os parlamentos da região continuem a desempenhar um papel de liderança na formulação das políticas regionais, em particular na moldagem do ambiente de políticas no período pós-Covid, a 49.^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, que se realiza em sessão virtual, subordinar-se-á ao lema «*Potencializar a ZCLCA para a Recuperação Económica Pós-COVID na África Austral: O Papel do Fórum Parlamentar da SADC e dos Parlamentos Nacionais.*» A sessão será acolhida pelo Parlamento do Botswana de 25 a 27 de Junho de 2021.

Para colocar em perspectiva o papel do FP-SADC e dos parlamentos nacionais na potencialização da ZCLCA para a recuperação económica pós-Covid na África Austral, é fundamental entender que a ZCLCA não substitui as comunidades económicas regionais (CERs) existentes. De facto, o Acordo da ZCLCA reconhece explicitamente as CERs como os elementos constitutivos da ZCLCA. Uma vez que a maior parte do comércio intra-africano se realiza dentro das CERs, os blocos regionais como a SADC serão, portanto, importantes na conclusão, implementação e aplicação da ZCLCA.

Enquanto organismo parlamentar cimeiro da região da SADC, o Fórum Parlamentar da SADC tem um papel decisivo a desempenhar em garantir uma abordagem coordenada e colaborativa pelos parlamentos e em criar a capacidade necessária para os parlamentos e as comissões parlamentares competentes sobre as modalidades de aproveitamento do seu mandato legislativo e fiscalizador para assegurar a implementação efectiva da ZCLCA e construir uma região da SADC pós-Covid mais inclusiva e equitativa.

Um dos aspectos críticos da implementação da ZCLCA é a questão de financiamentos. No contexto pré-covidiano e covidiano, o acesso ao financiamento, especialmente para as PMEs, era um grande desafio. Há, por isso, necessidade de estabelecer contactos com instituições financeiras e multilaterais tais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a UNECA para garantir opções de financiamento sustentáveis e responsáveis para os Estados membros da SADC.

Um outro aspecto crítico para a atenção parlamentar é a sensibilização e a amplificação das vozes dos cidadãos nos processos da ZCLCA. Para serem legítimos, os processos da ZCLCA devem garantir a inclusão e a participação

do povo da região, em particular mulheres e jovens. O FP-SADC e os parlamentos nacionais devem, portanto, enfrentar, nos processos de recuperação e reconstrução pós-Covid, os desafios tradicionais com que se debatem as PMEs, incluindo a competitividade das exportações e a compreensão de questões comerciais técnicas tais como as regras de origem e os padrões técnicos e de segurança dos produtos. Sobre esta matéria, o FP-SADC e os parlamentos nacionais devem colaborar com o Secretariado da ZCLCA, a comunicação social e as organizações da sociedade civil.

As outras áreas que requerem intervenções parlamentares no processo de recuperação pós-Covid incluem as seguintes:

- i) a harmonização do regulamento dos transportes de um país para o outro, com vista a acelerar o movimento de bens e serviços essenciais tais como os equipamentos médicos, os fármacos, o combustível e os alimentos;
- ii) a coordenação da gestão fronteiriça visando facilitar uma travessia sem problemas dos cidadãos;
- iii) a simplificação dos mecanismos que regem a prestação dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o Protocolo da SADC sobre Saúde (1999);
- iv) a implementação da aquisição em grupo de fármacos e fornecimentos, de acordo com o Protocolo da SADC sobre a Saúde e a Estratégia da SADC para a Aquisição em Grupo dos Medicamentos Essenciais e Produtos Básicos Essenciais de Saúde e o Plano de Negócios da SADC para os Fármacos (2007); e
- v) o apoio ao crescimento das micro-, pequenas e médias empresas (MPMEs) para participarem nas cadeias de valor dos produtos farmacêuticos e produzirem alguns dos fornecimentos médicos como parte da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

6.0 METODOLOGIA E RESULTADOS PREVISTOS

A Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, que é integrada pelos Presidentes e 5 parlamentares de cada parlamento membro e é o mais alto órgão de formulação de políticas do FP-SADC, vai deliberar sobre a temática, na sequência de comunicações apresentadas pelo Secretariado da ZCLCA, a União Aduaneira da África Austral (SACU), o Secretariado da SADC e o Governo do Botswana, na sua qualidade de anfitrião da 49.^a Assembleia Plenária em sessão virtual.

A reunião vai servir para colocar os parlamentos nacionais em contacto com questões-chave ligadas à ZCLCA e dar início à troca de impressões sobre o papel que o FP-SADC e os parlamentos nacionais devem desempenhar no sentido de facilitar a implementação da ZCLCA, em particular o processo da sua incorporação nos ordenamentos jurídicos internos, capacitação sensibilização, responsabilização e participação dos membros. A Assembleia Plenária vai também fazer recomendações sobre o que os Estados membros devem fazer para potenciar a ZCLCA.

Fim